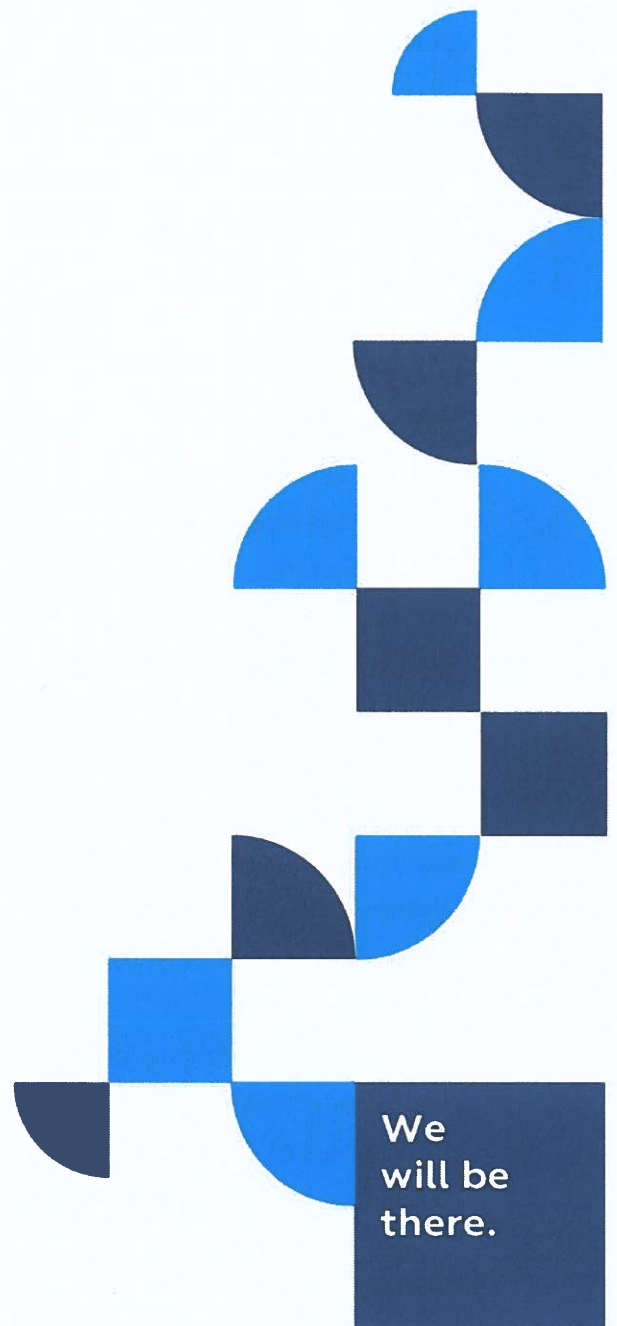




Relatório de Gestão 2017

MDS RE Mediador de Resseguros, S.A.





Exmos. Senhores Acionistas,

Nos termos da Lei e dos Estatutos, apresentamos a V.^{as} Ex.^{as}, o Relatório de Gestão e as Contas relativos ao exercício de 2017.

1. Enquadramento Macroeconómico 2017

Mundo

Pela primeira vez desde a crise financeira internacional, o crescimento da **economia mundial** superou as expectativas um pouco por todo o mundo. Depois de registar em 2016 a pior performance desde a recessão, o crescimento global acelerou para +3.7% em 2017, o ritmo mais elevado desde 2011. Globalmente, 2017 ficou marcado por uma recuperação sincronizada nas economias avançadas e emergentes, em particular com a Zona Euro e o Japão a juntarem-se ao ciclo positivo de crescimento económico. O aumento do dinamismo refletiu a forte confiança empresarial e a solidez do consumo privado, que resultaram num aumento das despesas em capital o que, por sua vez, conduziu a novos ganhos no emprego e nos salários. Acresce que, e contrariamente ao que era esperado, o ano foi marcado por uma relativa estabilidade, já que os maiores riscos geopolíticos não se materializaram: os principais movimentos nacionalistas não conseguiram conquistar o poder na Zona Euro, a Coreia do Norte prosseguiu com as suas provocações, mas os efeitos nos mercados financeiros foram de curta duração e os impactos económicos da administração Trump foram limitados.

Nos **Estados Unidos**, a atividade ganhou ritmo na segunda metade do ano, à medida que os efeitos da apreciação do dólar e dos movimentos no preço do petróleo se foram dissipando. A expansão tornou-se cada vez mais abrangente, no entanto, a procura doméstica constituiu o principal impulso, à medida que o aumento da confiança empresarial, o nível muito baixo de desemprego e os ganhos salariais continuaram a suportar o consumo privado e o investimento. Globalmente, a economia cresceu em linha com as expectativas, com a taxa de crescimento do PIB a acelerar de 1.5% em 2016 para 2.3%.

A **Zona Euro** constituiu a principal surpresa positiva, com o crescimento do PIB a alcançar os +2.4% em 2017. A atividade continuou suportada em fundamentos sólidos, nomeadamente a criação robusta de emprego, mercados de exportação em crescimento, preços do petróleo relativamente baixos, política monetária acomodatória,



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'mi', 'JK', 'HPS', and 'br'.

das vendas a retalho (+5.5%), nomeadamente nas categorias não alimentares (+4.7%), tais como vestuário (+3.8%). No que respeita ao retalho alimentar (+4.1%), as vendas permaneceram sólidas, beneficiando do aumento de preços no sector (+1.5%).

África

Para a economia Africana, em 2017, prevê-se um crescimento real do PIB de 3.6%¹, superior aos 2.2% observados em 2016, sendo expectável que este crescimento venha a acelerar em 2018 e em 2019. Este facto denota a resiliência demonstrada pelos países africanos, nomeadamente nas economias sem recursos intensivos, nas quais a recuperação se verificou mais rápida do que seria esperado. Por sua vez, a melhoria de performance registada na economia mundial contribuiu para o desempenho do continente Africano, aliada à recuperação do nível de preços das *commodities*, especialmente no que diz respeito ao petróleo e aos metais (apesar de não se encontrar em níveis tão elevados como os observáveis no período pré-crise), à procura doméstica sustentada e parcialmente satisfeita pelo processo de substituição de importações, e ainda às melhorias registadas na produção agrícola. De notar, contudo, que este crescimento se apresenta bastante heterogéneo entre os diferentes países e regiões que integram este continente. Os desafios passarão pelas transformações estruturais, sendo de extrema importância a industrialização do continente, por forma a auxiliar a criação de emprego e consequentemente a minimização da pobreza.

No que diz respeito a **Angola**, estima-se que, em 2017, o crescimento do PIB real seja de 2,1%, acelerando face a 2016, devido ao contributo dos setores da agricultura, pesca e energia. Apesar da ligeira recuperação do preço internacional do petróleo, este mantém-se a um nível baixo, levando a uma quebra da receita proveniente desta fonte, a qual representa mais de 95% da receita das exportações, 46% da receita do governo e 30% do PIB. Por sua vez, no que refere à inflação, esta tem vindo continuamente a aumentar, sendo que em 2017, a subida acumulada nos preços foi 23,67%. A crise cambial em Angola continua a fazer-se sentir, assistindo-se à desvalorização do kwanza devida à escassez de divisas que originou a escassez de produtos pelo declínio na capacidade de importação, tendo afetado os setores produtivo e empresarial. Espera-se por parte do Governo Angolano medidas destinadas ao ajuste cambial, essencial para a estabilização da economia.

¹ *African Economic Outlook 2018*, Banco Africano de Desenvolvimento (divulgação em janeiro de 2018)



MW
HL
Dr

melhoria das condições de financiamento e inflação subjacente contida. Acresce que, pela primeira vez desde 2011, todos os dezanove países membros registaram simultaneamente uma expansão do PIB.

Finalmente, a performance económica nos **mercados emergentes** também se consolidou. A China gozou de relativa estabilidade, com o crescimento a registar um nível semelhante ao de 2016 (+6.8%), enquanto a atividade no Brasil, na Argentina e na Rússia voltou finalmente a terreno positivo (+1.1%, +2.4%, +1.8%, respetivamente).

Portugal

Em Portugal, a retoma ganhou finalmente força, o PIB atingiu a taxa mais elevada de crescimento desde 2000 (+2.6%). A economia continuou a registar um superavit corrente e o défice público ficou abaixo do limite de 1,4%. Neste contexto, o sentimento de mercado em relação a Portugal melhorou substancialmente e os spreads da dívida soberana registaram uma forte queda.

Este dinamismo acrescido, que refletiu uma melhoria generalizada tanto das condições internas como externas, foi estimulado pela forte recuperação do investimento e das exportações, a par do crescimento continuado do consumo privado. No que respeita ao mercado de trabalho, a criação de emprego registou um crescimento mais forte do que o PIB, o que levou a uma forte queda do desemprego (8.9% contra 11.1% em 2016). Além disso, a recuperação económica continuou marcada pelo forte ciclo do turismo. De facto, o sector continua em forte expansão impulsionado por ganhos de competitividade e pelo aumento da insegurança em alguns destinos concorrentes, com os não residentes a contribuírem não apenas para o aumento das receitas dos hotéis e restaurantes (+16.5% e +11.2%), mas também a suportarem a retoma da construção relacionada com o turismo.

Neste contexto, o consumo privado em termos nominais (+3.4%) registou um crescimento superior ao do rendimento disponível. Isto foi sustentado pelo excecional nível de confiança dos consumidores, que alcançou o nível mais elevado em cerca de 20 anos, num contexto de políticas governamentais expansivas aliadas ao forte efeito riqueza, que permitiu uma queda sem precedentes da taxa de poupança (+4.4% de +6.0% em 2016). A despesa (+2,6%) em bens duradouros permaneceu particularmente dinâmica, mas evidenciando uma clara desaceleração liderada pelas vendas de automóveis (+7.1%) que já regressaram aos níveis pré-crise, enquanto a eletrónica (+6.4%) beneficiou da recuperação do sector residencial. Em oposição, os gastos em bens não duradouros ganharam ímpeto, o que se refletiu na recuperação

2. Atividade da MDS RE

No ano de 2017, a MDS RE prosseguiu a sua estratégia de aposta nos mercados de Portugal e África, com vista ao crescimento sustentado da sua atividade através do esforço de captação de novos clientes, considerando concomitantemente os seus compromissos estratégicos de reforço dos níveis de eficiência operacional e de racionalização dos custos.

Não obstante se ter assistido no ano de 2017 a uma aceleração gradual da atividade económica mundial, continua a verificar-se um abrandamento na procura de resseguro facultativo nos mercados-alvo, no entanto a MDS RE desenvolveu diversas iniciativas neste âmbito, nomeadamente em Angola, tendo colocado o tratado de Saúde da BIC Angola e iniciado negociações com outros clientes. Em Moçambique desenvolveu-se uma forte atividade na angariação de novos clientes, tendo a MDS Re sido nomeado corretor para a colocação dos tratados da EMOSE (para 2018) a seguradora estatal Moçambicana. Com vista a proporcionar aos seus clientes melhores condições de resseguro, a MDS RE continuou a desenvolver relações com o mercado de resseguro, tendo neste momento relações com 210 resseguradores internacionais (em 2016 eram apenas 163).

Em parceria com o Grupo MDS, destacam-se as ações de cross-selling e de suporte técnico a grandes clientes pertencentes à MDS Angola, Moçambique e à MDS Portugal, neste último caso em especial nos ramos de Responsabilidade Civil e Linhas Financeiras. São de notar igualmente os pedidos de suporte de resseguro para MDS Brasil e para *partners* da rede Brokerslink.

3. Desempenho operacional da MDS RE

Num contexto de melhoria das condições económicas a nível mundial, a MDS RE apresentou em 2017 uma excelente performance, registando um volume de negócios de 246 mil euros, o qual representa mais do dobro do volume de negócios observado no ano anterior. Este aumento foi devido essencialmente à atividade da empresa desenvolvida em Angola, mercado no qual foi gerado 82% do volume de negócios total, correspondente a 202 mil euros. Em Portugal foi observado um volume de negócios de 44 mil euros, representando, em 2017, 18 % do volume de negócios total (15% em 2016).



Handwritten signatures in blue ink, including 'M', 'JL', 'HPS', and 'Ar'.

Quanto ao resultado operacional, e como consequência do aumento da atividade da empresa, este passou de negativo em 212 mil euros para positivo em 352 euros, resultado para o qual também contribuiu a diminuição de 16% verificada ao nível dos custos com o pessoal, em virtude da saída de um colaborador.

Denotando-se uma operação cada vez mais eficiente e direcionada por parte da empresa, o seu desempenho em 2017 permitiu assim que fosse obtida uma melhoria de 94% no Resultado Líquido, o qual se situou em -14 mil euros, contrastando com os -233 mil euros verificados em 2016.

4. Proposta de Aplicação dos Resultados

No exercício de 2017, a MDS RE obteve um resultado líquido negativo de -14.489,70 euros (catorze mil quatrocentos e oitenta e nove euros e setenta cêntimos). Nos termos legais e estatutários aplicáveis, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que este resultado seja aplicado da seguinte forma:

Resultados Transitados:	- 14.489,70 €
	- 14.489,70 €

5. Perspetivas para 2018

Com o objetivo de se tornar um corretor de resseguro sustentável e adaptado às novas necessidades do mercado e dos seus clientes, a MDS RE continuará, em 2018, a sua aposta na dinamização da área comercial, analisando novas oportunidades no mercado europeu e africano, com vista à angariação de novos negócios, o que, aliado à previsão de aceleração da economia mundial por parte do FMI, permitirá que o desempenho operacional continue a demonstrar uma evolução positiva.

Em 2018, as prioridades estratégicas da MDS RE passarão pelo desenvolvimento das relações com *underwriters* do mercado Lloyd's como mercado alternativo ao mercado continental de resseguro, pelo reforço do apoio ao Grupo MDS potenciando o *cross-selling* ao nível do resseguro e do seguro direto; e pela aposta em novos segmentos, de que são exemplo o *Oil & Gas*, em Moçambique e em Angola.



Com referência ao modelo organizacional, a MDS RE prevê o reforço da sua equipa com vista à prossecução dos objetivos estratégicos projetados ao nível da operação nacional e internacional.

Porto, 18 de junho de 2018

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

(José Manuel Queirós Dias da Fonseca)

(João Manuel Pontes Alvadia)

(Ana Cristina Helder Bento Borges de Costa Rodrigues)

(Tiago Manuel da Costa Passos Mora)

MDS RE Mediador de Resseguros, S.A.

Sede: Avenida da Boavista, 1277/81 – 3º – 4100-130 Porto

Capital Social 50.000 euros

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de matrícula e identificação
510 351 808

Relatório e Contas

31 de dezembro de 2017

MDS RE - Mediador de Resseguros, SA

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016

(Montantes expressos em Euros)

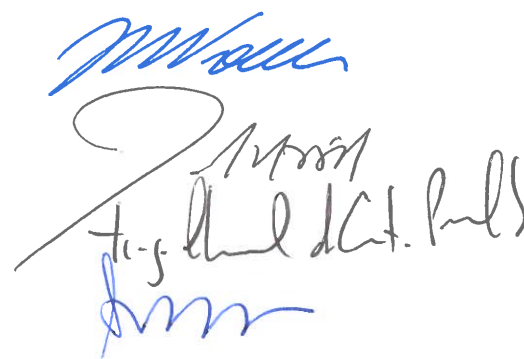
ACTIVO	Notas	31.Dezembro.2017	31.Dezembro.2016
ATIVOS NÃO CORRENTES:			
Ativos fixos tangíveis	6	-	-
Participações financeiras - outros métodos	7	9 114,77	9 114,77
		<u>9 114,77</u>	<u>9 114,77</u>
ATIVOS CORRENTES:			
Clientes	5 e 8	517 952,62	332 857,83
Estado e outros entes públicos		665,68	-
Outras contas a receber	5 e 10	325 076,76	159 400,58
Diferimentos	11	3 196,73	2 545,20
Caixa e equivalentes de caixa	4 e 5	92 371,97	11 062,79
Total de ativos correntes		<u>939 263,76</u>	<u>505 866,40</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>948 378,53</u>	<u>514 981,17</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	12	50 000,00	50 000,00
Outros instrumentos de capital próprio	12	301 102,61	231 102,61
Resultados transitados		(179 536,54)	(179 536,54)
Resultado líquido do exercício		(14 489,70)	(232 754,17)
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		<u>157 076,37</u>	<u>(131 188,10)</u>
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Acionistas	5, 9 e 24	300 000,00	300 000,00
Total de passivos não correntes		<u>300 000,00</u>	<u>300 000,00</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	13	575,63	23 797,36
Estado e outros entes públicos	14	10 223,02	11 091,36
Financiamentos obtidos	5	-	20 000,00
Outras contas a pagar	5 e 15	480 503,51	291 280,55
Total de passivos correntes		<u>491 302,16</u>	<u>346 169,27</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		<u>948 378,53</u>	<u>514 981,17</u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



MDS RE - Mediador de Resseguros, SA

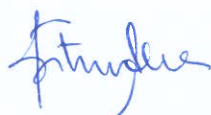
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em Euros)

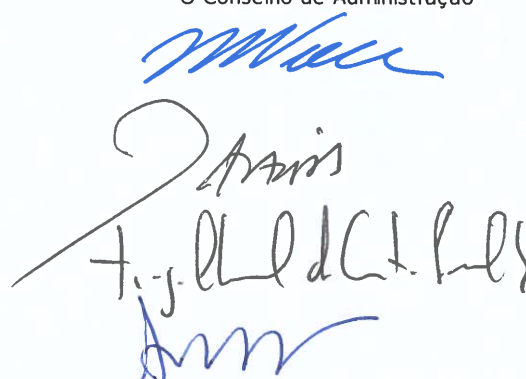
	Notas	31.Dezembro.2017	31.Dezembro.2016
Vendas e prestações de serviços	17	245 786,10	90 385,21
Fornecimentos e serviços externos	18	(75 446,79)	(60 382,15)
Gastos com o pessoal	19	(196 191,94)	(233 745,98)
Outros rendimentos e ganhos	20	30 000,15	1 185,40
Outros gastos e perdas	21	(3 795,14)	(9 272,50)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		352,38	(211 830,02)
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-	(196,03)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		352,38	(212 026,05)
Juros e gastos similares suportados	22	(11 345,35)	(12 701,38)
Resultado antes de impostos		(10 992,97)	(224 727,43)
Imposto sobre o rendimento	23	(3 496,73)	(8 026,74)
Resultado líquido individual do exercício		(14 489,70)	(232 754,17)
Resultados por acção (básico e diluído)		(1,449)	(23,275)

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



MDS RE - Mediador de Resseguros, SA

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em Euros)

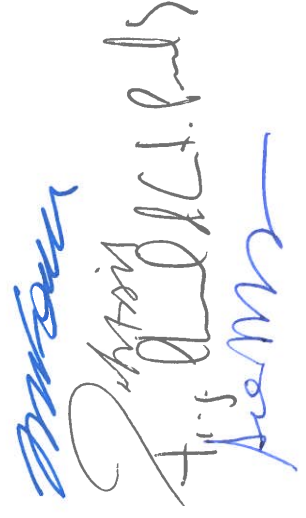
	Notas	Capital social	Outros instrumentos de capital próprio	Resultados transitados	Resultado líquido	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2016		50 000,00	-	51 566,07	(234 985,31)	(133 419,24)
Transferência para outros instrumentos de capital próprio		-	231 102,61	(231 102,61)	-	-
Aplicação do resultado do exercício	12	-	-	(234 985,31)	234 985,31	-
Cobertura de Prejuízos	12	-	-	234 985,31	-	234 985,31
Resultado Líquido do exercício		-	-	-	(232 754,17)	(232 754,17)
Saldo em 31 de Dezembro de 2016		50 000,00	231 102,61	(179 536,54)	(232 754,17)	(131 188,10)
Saldo em 1 de Janeiro de 2017		50 000,00	231 102,61	(179 536,54)	(232 754,17)	(131 188,10)
Aplicação do resultado do exercício	12	-	-	(232 754,17)	232 754,17	-
Cobertura de Prejuízos	12	-	-	232 754,17	-	232 754,17
Resultado Líquido do exercício		-	-	-	(14 489,70)	(14 489,70)
Prestações Suplementares	12	-	70 000,00	-	-	70 000,00
Saldo em 31 de Dezembro de 2017		50 000,00	301 102,61	(179 536,54)	(14 489,70)	157 076,37

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



MDS RE Mediador de Resseguros, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em Euros)

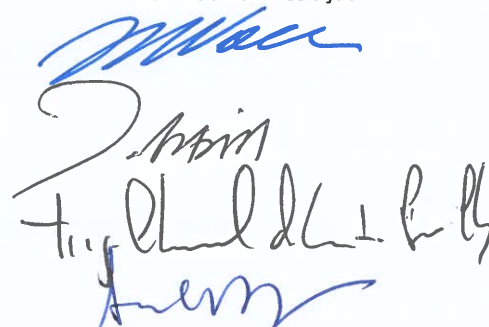
	Notas	31.Dezembro.2017	31.Dezembro.2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		119 321,88	54 059,53
Pagamentos a fornecedores		(100 172,14)	(59 518,50)
Pagamentos ao pessoal		(201 800,37)	(229 163,12)
Fluxos gerados pelas operações		(182 650,63)	(234 622,09)
(Pagamento)/recebimento de imposto sobre o rendimento		(3 742,91)	(1 000,00)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à atividade operacional		(5 124,90)	(6 136,61)
Fluxos das atividades operacionais (1)		(191 518,44)	(241 758,70)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		-	(9 114,77)
Fluxos das atividades de investimento (2)		-	(9 114,77)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos respeitantes a:			
Aumentos capital, prest.supl.,pr.emissão		70 000,00	-
Cobertura de prejuízos		232 754,17	234 985,31
Financiamentos obtidos		300 000,00	525 000,00
Fluxos das atividades de financiamento (3)		602 754,17	759 985,31
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(320 000,00)	(510 000,00)
Juros e gastos similares		(9 926,55)	(13 063,44)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(329 926,55)	(523 063,44)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		272 827,62	236 921,87
Variação de caixa e seus equivalentes (4) =(1)+(2)+(3)		81 309,18	(13 951,60)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	11 062,79	25 014,39
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	92 371,97	11 062,79

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



MDS RE Mediador de Resseguros, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Montantes expressos em Euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A MDS RE Mediador de Resseguros, S.A. ("Empresa" ou "MDS RE") anteriormente denominada MDS Africa, SGPS, S.A. tem sede na Avenida da Boavista, 1277/81 – 3º, Porto e foi constituída em 15 de Outubro de 2012, com o objeto social de gestão de participações sociais, como forma indireta de exercício de atividades económicas, sendo que em agosto de 2015 procedeu à alteração do objeto social da Empresa, passando a sua atividade para a mediação de resseguros.

A Empresa pertence ao grupo MDS, SGPS, SA, com sede no Lugar do Espido – Via Norte, 4470-177 Maia, sendo as suas demonstrações financeiras integradas no exercício de consolidação daquela Empresa.

Em 30 de Dezembro de 2016, a totalidade das ações da Empresa que eram detidas pela MDS, SGPS, SA foram alienadas à empresa MDS África, SGPS, SA pelo que, à data de 31 de Dezembro de 2017, a MDS África, SGPS, SA é a única acionista da Empresa.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº158/2009, de 13 de julho republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico.

M
fiver
7/12
7/13
J

A Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Sociedade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, nomeadamente o apoio atual e futuro do seu acionista, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que a Sociedade dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas (se aplicável).

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<u>Tipo de bem</u>	<u>Anos</u>
Equipamento administrativo	3

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no exercício em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear. As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.4 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.5 Instrumentos financeiros

A MDS RE classifica os instrumentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com a demonstração da posição financeira conforme identificado na Nota 5.

a) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

b) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal uma vez que correspondem a dívidas a curto prazo, para as quais o efeito do desconto é imaterial.

imparidade, o valor então registado é revertido até ao limite do valor que estaria reconhecido caso não tivesse sido registada qualquer perda de imparidade.

Relativamente a ativos disponíveis para venda relativos a partes de capital, as perdas de imparidade não são revertidas. Qualquer aumento no justo valor do ativo é reconhecido em capitais próprios.

3.6 Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

3.7 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base no resultado tributável da Empresa de acordo com as regras fiscais em vigor em Portugal.

A Empresa integrou durante o exercícios fiscais de 2013 a 2015 no RETGS ("Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades") dominado pela acionista MDS SGPS, tendo sido registados na rubrica "Acionistas" todas as contas a receber e a pagar relativas a Imposto sobre o rendimento. Em 2016, com alienação da totalidade das ações à empresa MDS África, SGPS, SA, a Empresa sai do RETGS, pelo que o imposto sobre o rendimento de 2016 encontra-se registado na rubrica de Estado e Outros Entes Públicos.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor na data expetável da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos unicamente quando existem expetativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no exercício da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como ganho ou perda do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

3.8 Rédito e especialização dos exercícios

Os proveitos decorrentes de prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados no exercício a que respeitam.

c) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registrados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de empréstimos bancários de curto prazo, na demonstração da posição financeira.

e) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registrados no passivo ao custo amortizado.

f) Imparidade

Os ativos financeiros, exceto os mensurados a justo valor através de resultados, são analisados à data de cada demonstração da posição financeira para verificar da existência de indícios de perdas de imparidade.

Os ativos financeiros encontram-se em situações de imparidade quando exista evidência objetiva que, como consequência de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial dos ativos, os fluxos de caixa estimados tenham sido negativamente afetados.

Para os instrumentos financeiros não negociados em mercados regulamentados, a estimativa de imparidade envolve o recurso a modelos de fluxos de caixa descontados para estimar o valor de uso do investimento. Tais modelos implicam que a Empresa estime o valor presente dos fluxos de caixa futuros que é expeável que surjam do instrumento financeiro em questão de acordo com uma taxa de desconto adequada ao risco específico do ativo.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a imparidade é calculada como a diferença entre o valor contábilístico do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efetiva original.

Tal estimativa é efetuada com base na avaliação das participações detidas pela filial em análise por recurso a modelos de fluxos de caixa descontados de forma a estimar o valor de uso dos referidos investimentos, sempre que identificados indícios de imparidade, nomeadamente em resultado da distribuição de dividendos por parte daquelas participadas.

É entendimento do Conselho de Administração, que a metodologia acima descrita conduz a resultados fiáveis sobre a existência de eventual imparidade dos investimentos em análise, uma vez que consideram a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras.

Se, em data subsequente, se verificar que o montante de imparidade diminuiu e a diminuição possa ser relacionada objetivamente com determinado evento que ocorra após o reconhecimento inicial de

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa é como se segue:

	31.dezembro.2017	31.dezembro.2016
Numerário	7 730,61	9 603,63
Depósitos bancários	84 641,36	1 459,16
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	92 371,97	11 062,79
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	92 371,97	11 062,79

5 CLASSES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As políticas contábilísticas apresentadas na Nota 3.5 foram aplicadas de acordo com as classes abaixo apresentadas:

Ativos Financeiros

	Nota	31.dezembro.2017		31.dezembro.2016	
		Empréstimos e contas a receber	Total	Empréstimos e contas a receber	Total
Ativos correntes					
Clientes	8	517.952,62	517.952,62	332.857,83	332.857,83
Acionistas	9	-	-	-	-
Outras contas a receber	10	325.076,76	325.076,76	159.400,58	159.400,58
Caixa e equivalentes de caixa	4	92.371,97	92.371,97	11.062,79	11.062,79
		<u>935.401,35</u>	<u>935.401,35</u>	<u>503.321,20</u>	<u>503.321,20</u>
		<u>935.401,35</u>	<u>935.401,35</u>	<u>503.321,20</u>	<u>503.321,20</u>

Passivos Financeiros

	Nota	31.dezembro.2017		31.dezembro.2016	
		Empréstimos e contas a pagar	Total	Empréstimos e contas a pagar	Total
Passivos não correntes					
Acionistas	24	300.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00
		<u>300.000,00</u>	<u>300.000,00</u>	<u>300.000,00</u>	<u>300.000,00</u>
Passivos correntes					
Fornecedores	13	575,63	575,63	23.797,36	23.797,36
Outras contas a pagar	14	480.503,51	480.503,51	291.280,55	291.280,55
Financiamentos obtidos	10	-	-	20.000,00	20.000,00
		<u>481.079,14</u>	<u>481.079,14</u>	<u>335.077,91</u>	<u>335.077,91</u>
		<u>781.079,14</u>	<u>781.079,14</u>	<u>635.077,91</u>	<u>635.077,91</u>

6 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o detalhe e movimento associado a ativos fixos tangíveis é como se segue:

Sendo uma entidade especializada no desenvolvimento e negociação de soluções de corretagem de resseguro, e exercendo a sua atividade, em Portugal e em África, o seu objetivo estratégico passa por tornar-se broker de resseguro de referência nestes mercados, com base numa equipa especializada de trabalho e na oferta das melhores soluções disponíveis a cada momento, com vista a garantir uma adequada mitigação dos riscos. Apesar do seu foco ser essencialmente ao nível da conceção de programas de resseguro, a MDS RE presta igualmente serviços de consultoria de seguros para Entidades Financeiras, em operações de Project Finance, M&A e outras estruturas semelhantes, desenvolvendo trabalhos de due diligence técnico.

O rédito é reconhecido quando o mesmo possa ser estimado com fiabilidade, exista benefício económico e a partir do momento em que os riscos e benefícios tenham sido transferidos para o comprador.

Os dividendos são reconhecidos como ganhos no exercício em que são atribuídos aos Acionistas.

Os ganhos e perdas são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os ganhos e perdas cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de outros ativos correntes e outros passivos correntes, são registados os ganhos e perdas imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

3.9 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

3.10 Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- a) Registo de ajustamentos aos valores do ativo e provisões;

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pela NCRF 4.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras são descritos nas correspondentes notas anexas nas situações aplicáveis.

Ativo bruto

	Equipamento administrativo	Total
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2017	1 764,38	1 764,38
Saldo final a 31 de dezembro de 2017	1 764,38	1 764,38

Depreciações acumuladas

	Equipamento administrativo	Total
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2017	1 764,38	1 764,38
Aumentos	-	-
Saldo final a 31 de dezembro de 2017	1 764,38	1 764,38

Valor líquido

	Equipamento administrativo	Total
A 31 de dezembro de 2017	-	-

Ativo bruto

	Equipamento administrativo	Total
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2016	1 764,38	1 764,38
Saldo final a 31 de dezembro de 2016	1 764,38	1 764,38

Depreciações acumuladas

	Equipamento administrativo	Total
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2016	1 568,35	1 568,35
Aumentos	196,03	196,03
Saldo final a 31 de dezembro de 2016	1 764,38	1 764,38

Valor líquido

	Equipamento administrativo	Total
A 31 de dezembro de 2016	-	-

7 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

O detalhe das participações financeiras em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 é o seguinte:

Empresa	31.dezembro.2017			
	% de detenção	Saldo inicial	Aumentos	Saldo final
Brokerslink AG	0,005%	9 114,77	-	9 114,77
Valor bruto		9 114,77	-	9 114,77
Valor líquido		9 114,77	-	9 114,77

Empresa	31.dezembro.2016			
	% de detenção	Saldo inicial	Aumentos	Saldo final
Brokerslink AG	0,005%	-	9 114,77	9 114,77
Valor bruto		-	9 114,77	9 114,77
Valor líquido		-	9 114,77	9 114,77

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 a Empresa procedeu à aquisição de uma participação no capital da sociedade Brokerslink AG que tem por objeto a mediação de seguros e a gestão de risco.

Esta participação financeira encontra-se registada ao custo de aquisição.

8 CLIENTES

O saldo de clientes, de 517.952,62 Euros em 31 de dezembro de 2017, respeita exclusivamente a valores a receber de clientes correntes por dívidas originadas pelo curso normal da atividade da Empresa, sendo o seu valor contabilístico, aproximadamente, o seu justo valor. O risco de crédito sobre o presente saldo, encontra-se limitado ao montante de comissões de intermediação de operações de resseguro, na medida em que os montantes a pagar às resseguradoras (Nota 16) estão integralmente dependentes do efetivo recebimento dos clientes.

Em 31 de dezembro 2017 e 2016, a antiguidade dos saldos de clientes pode ser analisada como segue:

	<u>31.dezembro.2017</u>	<u>31.dezembro.2016</u>
Não Vencido	-	-
Vencido mas sem registo de imparidade		
0 - 30 dias	37.372,76	-
30 - 90 dias	421.300,44	-
+ 90 dias	<u>59.279,42</u>	<u>332.857,83</u>
	<u>517.952,62</u>	<u>332.857,83</u>

9 ACIONISTAS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a rubrica de Acionistas apresenta a seguinte composição:

	<u>31.dezembro.2017</u>	<u>31.dezembro.2016</u>
Acionistas - Passivo não corrente		
Financiamentos obtidos	<u>300 000,00</u>	<u>300 000,00</u>
	<u>300 000,00</u>	<u>300 000,00</u>

Os suprimentos não têm maturidade definida e a taxa de juro cumpre com as taxas de mercado.

10 OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o detalhe das outras contas a receber é como se segue:

	<u>31.dezembro.2017</u>	<u>31.dezembro.2016</u>
Devedores por acréscimos de rendimentos	241 898,56	156 435,56
Outros devedores - partes relacionadas (Nota 24)	2 000,00	2 000,00
Outros devedores	<u>81 178,20</u>	<u>965,02</u>
	<u>325 076,76</u>	<u>159 400,58</u>

Em 31 de dezembro de 2017, o valor de "Devedores por acréscimos de rendimentos", cujo montante ascende 241.898,56 Euros, respeita a (i) à especialização de gastos incorridos em 2014 e 2013 a redebitar a terceiros e que foram suportados no âmbito da expansão internacional do Grupo MDS (96.732,98 Euros em 31 de dezembro de 2016 e 156.435,56 Euros em 31 de dezembro de 2016); (ii) cedência de comissões diretas da MDS Corretor de Seguros, S.A. relativamente a diversos tomadores que são angariados pela MDS RE (29.642,5 Euros); (iii) valores por faturar à MDS Corretor de Seguros, S.A. relativamente a comissões do mercado angolano (115.523,08 Euros).

11 DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o valor de "Diferimentos" nos ativos correntes, no montante de 3.196,73 Euros e 2.545,20 Euros, respetivamente, corresponde a seguros de doença (Nota 3.8).

12 CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 10.000 ações ordinárias com o valor nominal de 5 euros cada.

Em 31 de dezembro de 2017 o capital subscrito da sociedade era detido como segue:

MDS África SGPS, SA	100%
---------------------	------

A 31 de Dezembro de 2017, o capital da sociedade MDS África, SGPS é detido em 50% pela MDS SGPS, SA e em 50% pela ON FUK ASIA COMPANY LIMITED.

Outros Instrumentos de Capital

No dia 3 de maio de 2017, o acionista único procedeu a uma deliberação universal exarada em ata em que refere que a ata nº 6 datada de 31 de julho de 2015 inclui um lapso relativo às entradas efetuadas no exercício de 2014 as quais foram efetuadas como cobertura de prejuízos quando o pretendido foi constituir prestações acessórias com o regime legal de prestações suplementares. Desta forma as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram alteradas no sentido de refletir já a correção do referido lapso.

Durante o exercício de 2016, foi efetuada uma entrada de dinheiro para cobertura do resultado negativo de 2015 no valor de 234.985,31 Euros.

Durante o exercício de 2017, foi efetuada uma entrada de dinheiro para cobertura do resultado negativo de 2016 no valor de 232.754,17 Euros.

No exercício de 2017 foram constituídas Prestações acessórias no valor de 70.000,00€ através da entrada de dinheiro efetuada pelo acionista. Tais instrumentos seguem o regime jurídico de prestações suplementares não sendo remuneradas.

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva

não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

13 FORNECEDORES

O saldo de fornecedores, respetivamente de 575,63 Euros e 23.797,36 Euros, em 31 de dezembro de 2017 e 2016 respeita exclusivamente a valores a pagar a fornecedores decorrentes da normal atividade da Empresa, sendo o seu valor contabilístico, aproximadamente, o seu justo valor.

14 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o detalhe dos saldos com o Estado e outros entes públicos, passivo corrente, é detalhado como se segue:

	<u>31.dezembro.2017</u>	<u>31.dezembro.2016</u>
Valores devedores		
Pagamento especial por conta	665,68	-
	<u>665,68</u>	<u>-</u>
Valores credores		
Imposto sobre o rendimento	3 369,97	2 950,47
Retenção na fonte	3 344,00	3 929,00
Contribuições para a Segurança Social	3 507,02	4 208,25
Outros	<u>2,03</u>	<u>3,64</u>
	<u>10 223,02</u>	<u>11 091,36</u>

No final de 2016, a Empresa saiu do RETGS ("Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades") dominado pela MDS SGPS.

15 OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o detalhe das outras contas a pagar é detalhado como se segue:

	<u>31.dezembro.2017</u>	<u>31.dezembro.2016</u>
Outros credores	421 853,60	227 876,51
Credores por acréscimos de gastos		
Pessoal	46 629,72	50 551,75
Juros	9 820,76	8 401,96
Outros	<u>2 199,43</u>	<u>4 450,33</u>
	<u>480 503,51</u>	<u>291 280,55</u>

O valor registado na rubrica de "Outros credores" no montante de 421.853,60 Euros em 31 de dezembro de 2017 corresponde, essencialmente, a valores a pagar às Companhias de Seguros no âmbito da normal atividade da Empresa, cujo pagamento só ocorrerá mediante recebimento do prémio de resseguro (Nota 8).

16 LOCAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Empresa é locatária em contratos de locação operacional relacionados com a atividade operacional, cujos pagamentos mínimos de locação se vencem como se segue:

	<u>31.dezembro.2017</u>	<u>31.dezembro.2016</u>
N+1	6 255,13	6 176,68
N+2	3 784,46	-
N+3	3 784,46	-
N+4	3 784,46	-
	<u>17 608,50</u>	<u>6 176,68</u>

O valor das rendas incorridas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, associadas a estes contratos, ascendeu a 8.192,98 Euros e 6.475,93 Euros, respetivamente (Nota 19).

17 VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O valor das Vendas e prestação de serviços ascendeu a 245.786,10 euros durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, decorrentes da normal atividade da Empresa (essencialmente comissões obtidas na atividade de resseguro).

18 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o detalhe de "Fornecimentos e serviços externos" é detalhado como se segue:

	<u>31.dezembro.2017</u>	<u>31.dezembro.2016</u>
Deslocações e estadas	28 327,26	34 317,86
Comunicações	3 361,40	4 032,48
Despesas de representação	2 190,29	3 379,32
Trabalhos especializados	22 064,28	4 108,00
Contencioso e notariado	3 125,70	1 027,00
Rendas e alugueres	8 192,98	6 475,93
Seguros	4 719,84	4 319,09
Outros	3 465,04	2 722,47
	<u>75 446,79</u>	<u>60 382,15</u>

19 GASTOS COM O PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o detalhe de "Gastos com o pessoal" é detalhado como se segue:

	<u>31.dezembro.2017</u>	<u>31.dezembro.2016</u>
Remunerações	160 236,56	189 101,64
Encargos sobre remunerações	30 790,44	41 259,93
Seguros	4 081,43	3 171,96
Gastos com ação social	529,71	212,45
Outros	553,80	-
	<u>196 191,94</u>	<u>233 745,98</u>

Durante o exercício de 2017, o número médio de funcionários foi de 3 colaboradores.

20 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" foi respetivamente de 30.000,15 Euros e 1.185,40 Euros, sendo que em 2017, a maior parte do valor corresponde a cedência de comissões diretas da MDS Corretor de Seguros, S.A. relativamente a diversos tomadores que são angariados pela MDS RE.

21 OUTROS GASTOS E PERDAS

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica de "Outros gastos e perdas" foi respetivamente de 3.795,14 Euros e 9.272,50 Euros, sendo que em 2017, o valor com maior peso corresponde a quotizações.

22 JUROS E GASTOS SUPORTADOS

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica de "Juros e gastos suportados" é detalhado como se segue:

	<u>31.dezembro.2017</u>	<u>31.dezembro.2016</u>
Juros suportados (Nota 25)	(11 345,35)	(12 701,38)
	<u>(11 345,35)</u>	<u>(12 701,38)</u>

23 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2017 e em 2016 é detalhado conforme se segue:

	<u>31.dezembro.2017</u>	<u>31.dezembro.2016</u>
Imposto corrente	3 496,73	8 026,74
	<u>3 496,73</u>	<u>8 026,74</u>

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança

Transações

	Juros suportados		Compras e serviços recebidos	
	31.dezembro.2017	31.dezembro.2016	31.dezembro.2017	31.dezembro.2016
Accionistas	9 868,93	-	-	-
Outras partes relacionadas	1 441,45	12 695,35	19 802,77	26 001,09
	<u>11 310,38</u>	<u>12 695,35</u>	<u>19 802,77</u>	<u>26 001,09</u>

	Juros Obtidos		Rendimentos Operacionais	
	31.dezembro.2017	31.dezembro.2016	31.dezembro.2017	31.dezembro.2016
Accionistas	-	-	-	-
Outras partes relacionadas	-	-	-	15,54
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15,54</u>

Saldos

	Contas a receber		Contas a pagar	
	31.dezembro.2017	31.dezembro.2016	31.dezembro.2017	31.dezembro.2016
Accionistas	-	-	-	-
Outras partes relacionadas	2 000,00	2 000,00	16 061,35	24 637,54
	<u>2 000,00</u>	<u>2 000,00</u>	<u>16 061,35</u>	<u>24 637,54</u>

	Empréstimos obtidos	
	31.dezembro.2017	31.dezembro.2016
Accionistas	300 000,00	300 000,00
	<u>300 000,00</u>	<u>300 000,00</u>

Consideram-se partes relacionadas todas as subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas pertencentes ao Grupo Sonae, SGPS, SA, bem como a Efanor Investimentos, SGPS, SA e as suas filiais incluindo as pertencentes aos grupos Sonae Indústria, SGPS, SA e Sonae Capital, SGPS, SA.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 tem a seguinte composição:

	31.dezembro.2017	31.dezembro.2016
Remuneração fixa	97 904,88	94 022,70
Remuneração variável	23 918,30	15 692,70
	<u>121 823,18</u>	<u>109 715,40</u>

Em 2017 e 2016, não foram concedidos empréstimos a Administradores da sociedade.

Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2014 a 2017 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A reconciliação detalhada de imposto para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2017 e de 2016 pode ser detalhada como segue:

	31.dezembro.2017	31.dezembro.2016
Resultado antes de impostos	(10 992,97)	(224 727,43)
Benefícios fiscais	(7 798,00)	(14 840,00)
Encargos não dedutíveis	247,54	1 695,06
Prejuízo fiscal	(18 543,43)	(237 872,37)
Reconhecimento de perdas fiscais no exercício que não deram origem a activos por impostos diferidos	18 543,43	237 872,37
Taxa de imposto sobre o rendimento	21,00%	21,00%
Insuficiência/excesso estimativa imposto	126,76	5 076,27
Tributação autónoma	3 369,97	2 950,57
	3 496,73	8 026,84
Gastos com imposto corrente	3 496,73	8 026,84
Correção relativa a exercício anteriores	-	-
Total do impostos sobre o rendimento do exercício	3 496,73	8 026,84

Em 31 de dezembro de 2017, o detalhe dos prejuízos fiscais reportáveis é detalhado como se segue:

Gerados antes da entrada no RETGS

2012	2 077,10	2017
------	----------	------

Gerados após a saída no RETGS

2016	237 872,37	2028
2017	18 543,43	2029

A Empresa por prudência não registou ativos por impostos diferidos associados aos prejuízos fiscais reportáveis gerados no exercício.

24 PARTES RELACIONADAS

Os saldos e transações efetuados com entidades relacionadas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 podem ser detalhados como segue:

Por tipo	Remunerações (€)	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Comissões	82.628,68	54.059,53
Outras Remunerações	0,00	0,00
TOTAL	82.628,68	54.059,53

Total das remunerações faturadas relacionadas com Contratos de Resseguro

Remunerações 2017 (€)					
Cod.ASF	Fundos de Pensões	Ramo Vida	%	Ramo Não Vida	%
9999	0,00	40.189,09	0%	205.597,01	100%
	0,00	40.189,09	0%	205.597,01	100%

Remunerações 2016 (€)					
Cod.ASF	Fundos de Pensões	Ramo Vida	%	Ramo Não Vida	%
9999	0,00	18.118,72	0%	72.266,49	100%
	0,00	18.118,72	0%	72.266,49	100%

Níveis de concentração das remunerações faturadas pela carteira

Por entidade (origem)	Remunerações 2017			
	2017		2016	
ED Broking	151.146,41 €	61,50%	- €	0,00%
GBG Insurance Limites	40.189,09 €	16,35%	- €	0,00%
Munich RE	14.460,98 €	5,88%	6.769,64 €	7,49%
Africa RE	10.947,11 €	4,45%	19.439,99 €	21,51%
Swiss RE	9.035,07 €	3,68%	4.464,39 €	4,94%
MOZ RE	4.874,23 €	1,98%	8.157,17 €	9,02%
Kenya Re	4.874,23 €	1,98%	997,93 €	1,10%
CICA RE	4.191,84 €	1,71%	- €	0,00%
SCOR Global P&C SE	3.742,06 €	1,52%	9.318,80 €	10,31%
Mapfre RE	2.325,07 €	0,95%	19.978,69 €	22,10%
Hispania Risk Broker	- €	0,00%	792,06 €	0,88%
Bic Seguros	- €	0,00%	18.012,00 €	19,93%
AIG Europe Limited	- €	0,00%	2.454,54 €	2,72%
TOTAL	245.786,09 €	100,00%	90.385,21 €	100,00%

Contas a receber e a pagar desagregadas por origem

Por entidade (origem)	Saldo em 31 de Dezembro de 2017 (€)	
	Contas a receber	Contas a pagar
Tomadores de Seguros, segurados ou beneficiários		
Empresas de seguros	517.952,62	
Empresas de Resseguros		332.891,99
TOTAL	517.952,62	332.891,99

25 CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS

Decreto-Lei nº 318/94 art.º 5º nº 4

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 os contratos de suprimentos e operações financeiras celebrados com acionistas foram detalhados como se segue:

Suprimentos

Posição credora	01.janeiro.2017	Aumentos	Diminuições	31.dezembro.2017
MDS África SGPS	300 000,00	-	-	300 000,00
	300 000,00	-	-	300 000,00

Operações Financeiras

Posição credora	01.janeiro.2017	Aumentos	Diminuições	31.dezembro.2017
MDS África SGPS	-	190 000,00	(190 000,00)	-
	-	190 000,00	(190 000,00)	-

Norma regulamentar nº 15/2009 da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

Política contabilística para reconhecimento da remuneração

Informação incluída na Nota 3.8 – Rédito e Especialização dos exercícios

Total das remunerações faturadas desagregadas por natureza e por tipo

Por natureza	Remunerações (€)	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Numerário	245.786,10	90.385,21
TOTAL	245.786,10	90.385,21

Por tipo	Remunerações (€)	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Comissões	245.786,10	90.385,21
Outras Remunerações	0,00	0,00
TOTAL	245.786,10	90.385,21

Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e por tipo

Por natureza	Remunerações (€)	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Numerário	82.628,68	54.059,53
TOTAL	82.628,68	54.059,53

Por entidade (origem)	Saldo em 31 de Dezembro de 2016 (€)	
	Contas a receber	Contas a pagar
Tomadores de Seguros, segurados ou beneficiários		
Empresas de seguros	332.857,83	9.818,18
Empresas de Resseguros		202.015,74
TOTAL	332.857,83	211.833,92

Valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar

Por natureza	Saldo em 31 de Dezembro de 2017 (€)	
	Contas a receber	Contas a pagar
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros e resseguros	- ,00	- ,00
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de seguros e resseguros	517.952,62	332.891,99
TOTAL	517.952,62	332.891,99

Por natureza	Saldo em 31 de Dezembro de 2016	
	Contas a receber	Contas a pagar
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros e resseguros	- ,00	- ,00
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de seguros e resseguros	332.857,83	211.833,92
TOTAL	332.857,83	211.833,92

Análise da idade das contas a receber vencidas à data do relato em Euros

Contas	0 a 30 dias	31 a 90 dias	+ 90 dias	Total
Clientes Gerais - sem imparidade	33.372,76	421.300,44	59.279,42	517.952,62

Transações Financeiras Resseguradores/Cedentes

Durante o exercício de 2017, a Empresa não registou recebimentos de fundos com vista a serem transferidos para as empresas de resseguros para pagamento de prémios relativamente aos quais não lhe foram outorgados poderes de cobrança (nº 3, alínea a) do Artigo 4º da Norma Regulamentar 15/2009-R, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões _ASF.

Não foram confiados pelas empresas de resseguradores, durante o ano 2017, fundos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros cedentes que não hajam outorgado ao mediador de resseguros poderes de quitação das quantias recebidas (nº 3, alínea b) do Artigo 4º da Norma Regulamentar 15/2009-R, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões _ASF.

Garantia Bancária

Para cumprimento do disposto no nº 13-A da Norma Regulamentar 17/2008-R, a sociedade dispõe de garantia bancária na Caixa Económica Montepio Geral para cobertura de responsabilidades até ao montante de 37.520 € (Mediação Seguros: 18.760€; Resseguro: 18.760€). Em 2016 a garantia bancária era no montante de 18.760€.

26 EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos significativos após 31 de dezembro de 2017 e até esta data que necessitem ser divulgados.

Art.º 66 A do Código das Sociedades Comerciais

Em 31 de dezembro de 2016, os honorários do Revisor Oficial de Contas encontram-se descritos nas demonstrações financeiras consolidadas da MDS SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2017.

27 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 18 de junho de 2018. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

O Contabilista Certificado,



(Maria de Fátima dos Santos Alves)

O Conselho de Administração,



(José Manuel Queiroz Dias da Fonseca)



(João Manuel Pontes Alvadia)



(Ana Cristina Helder Bento Borges de Costa Rodrigues)



(Tiago Manuel da Costa Passos Mora)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da MDS RE Mediador de Resseguros, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 948.378,53 euros e um total de capital próprio de 157.076,37 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 14.489,70 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da MDS RE Mediador de Resseguros, S.A. em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

A Entidade tem apresentado resultados líquidos negativos tendo vindo a ser suportada financeiramente pela sua acionista, pelo que a evolução das suas operações depende da manutenção do apoio da acionista. A nossa opinião não é modificada com respeito a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

"Deloitte" refere-se a Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido (DTTL), ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro e respetivas entidades relacionadas. A DTTL e cada uma das firmas membro da sua rede são entidades legais separadas e independentes. A DTTL (também referida como "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Aceda a www.deloitte.com/pt/about para saber mais sobre a nossa rede global de firmas membro.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, n.º7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

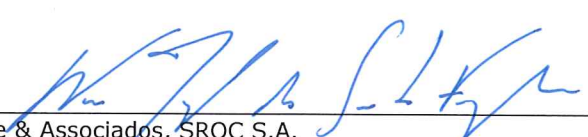
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 18 de junho de 2017



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Nuno Miguel dos Santos Figueiredo, ROC

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Acionista da MDS RE Mediador de Resseguros, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da MDS RE Mediador de Resseguros, S.A. (Empresa), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.


Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2017, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2017 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que se dá aqui por integralmente reproduzida e que inclui uma ênfase.

Face ao exposto, somos de opinião que, tendo em consideração o descrito na secção "Ênfase" da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 18 de junho de 2017


Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Nuno Miguel dos Santos Figueiredo, ROC